

A UCRÂNIA INDEPENDENTE APÓS O FIM DA GUERRA FRIA: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA (1991-2013)

The independent Ukraine after the end of the Cold War: a geopolitical analysis (1991-2013)

Italo Barreto Poty¹

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória da Ucrânia após a sua independência da União Soviética sob o prisma da geopolítica. Trata-se de uma análise histórica com ênfase nas relações internacionais sob o prisma da geopolítica, no período de 1991 a 2013, com base em revisão da literatura. Os principais trabalhos historiográficos que abordam este período na Ucrânia são: *A History of Ukraine: the Land and its People*, de Paul Magocsi (2010) e *The Gates of Europe: A History of Ukraine*, de Sehrii Plokhy (2015). O trabalho de Magocsi se concentra na construção político-social pós-soviética com a análise de questões de identidade nacional e diversidade cultural na Ucrânia, sem tratar questões de geopolítica. Plokhy, por sua vez, define como problema central neste contexto histórico a construção da democracia na Ucrânia independente, a partir da dimensão interna do país. Ambos os autores dão menor ênfase à dimensão da geopolítica que envolve a Ucrânia após o fim da União Soviética. Neste sentido, o presente trabalho pretende contribuir para preencher esta lacuna.

Desde a sua origem, no século XIII, com a dissolução da Rus Kievana², a Ucrânia foi marcada pela ausência de soberania, sendo um território frequentemente disputado por potências vizinhas, destacando-se o domínio russo na maior parte de sua história. Durante a Guerra Fria, o domínio soviético se estendeu até a Alemanha, o que deixou a Ucrânia numa posição segura em relação a ameaças externas, sob a perspectiva soviética (PLOKHY, 2015). Após o fim da Guerra Fria, ao ter alcançado a independência, a Ucrânia voltou a ser

¹ Doutorando e mestre em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRI) e graduado em História pela mesma instituição. Email: italopoty29@gmail.com

² A Rus Kievana foi uma confederação de tribos eslavas existente entre os séculos IX e XIII, da qual se originaram posteriormente as nações russa, bielorrussa e ucraniana (MONIZ BANDEIRA, 2016).

alvo de disputa entre grandes potências, devido à sua condição de ser um dos pivôs geopolíticos da Eurásia (BRZEZINSKI, 1997).

Para compreender este processo, dividimos o texto em seis partes, além das considerações finais. Na primeira seção serão expostas as teorias geopolíticas clássicas elaboradas na primeira metade do século XX por Halford Mackinder e Nicholas Spykman e a influência de ambas no pensamento estratégico norte-americano de George F. Kennan e Zbigniew Brzezinski, na segunda metade do século XX. Na segunda, serão abordados o fim da URSS e a independência da Ucrânia, enquanto a terceira tem como objeto o papel da Ucrânia no cenário internacional pós-Guerra Fria. Na quarta seção será analisada a expansão da OTAN para o Leste europeu e a Revolução Laranja, como sinais do avanço da influência dos Estados Unidos para o entorno da Rússia e para a Ucrânia especificamente. Na quinta, a retomada da capacidade de projeção de poder da Rússia no seu entorno será o tema, nas crises de abastecimento de gás de 2006 e 2009 e na Guerra contra a Geórgia, em 2008. Na sexta seção, será feita a análise de como esta disputa por influência na Ucrânia entre Rússia e Estados Unidos contribuiu para o acirramento da divisão interna no país, que se refletiu nas eleições de 2010 e criou as condições que deflagraram o *Euromaidan* em 2013.

Os fundamentos da geopolítica norte-americana: a Eurásia e o seu entorno

O marco inicial do pensamento geopolítico norte americano se deu com as reflexões de Mahan (1889) sobre a superioridade do poder naval sobre as potências terrestres. De acordo com o autor, desde o século XVII o controle dos mares seria o fator determinante para o sucesso militar e econômico das grandes potências, tanto em termos militares quanto econômicos – através do controle de rotas comerciais. Ao defender a ideia de que os oceanos formam uma unidade, em contraposição aos continentes que são divididos, Mahan (1889) estabelecia que a condição geográfica permitiria o comando dos mares por uma única potência, que a levaria a uma posição hegemônica em relação às demais.

Mackinder (1904) afirmou que, até o século XIX, a tese de Mahan era verdadeira, o que se confirmava pela hegemonia britânica observada naquele contexto histórico, dada sua supremacia naval em relação aos demais países. No século XX, entretanto, tal supremacia teria chegado ao seu fim. Para Mackinder, a grande massa territorial da Eurásia, da qual a Rússia era o território central, com potencialidades em termos de recursos naturais e população que eram enormes, poderia torná-la uma vasta economia mais ou menos autônoma, cuja configuração geográfica a fazia inacessível às rotas comerciais marítimas. Tais características, aliadas ao processo de integração através de ferrovias, tornariam o poder terrestre da Eurásia capaz de suplantar as potências navais, caso se expandisse para o seu entorno, podendo assim definir os rumos da política internacional.

Mapa 1 - A área pivô do mundo segundo Mackinder.



Fonte: MACKINDER, 2004.

A Rússia, dentro desta interpretação, é o Estado pivô, devido a seu território coincidir na maior parte com a área pivô – o heartland (ver mapa 1 acima) – definida por Mackinder. As grandes ferrovias intercontinentais – como a Transiberiana – permitiriam a mobilidade de forças armadas e mercadorias de modo ágil, sendo capazes de competir com as vantagens das rotas marítimas. A expansão da Rússia para as áreas marginais da Eurásia tornaria possível a emergência de um poder global – *empire of the world*, nas palavras de Mackinder, que vislumbrava esta possibilidade numa possível aliança da Rússia com a Alemanha. Para o geógrafo inglês, a hegemonia mundial dependia do controle do *heartland*: “Quem domina o Leste da Europa, domina o *Heartland*. Quem domina o *Heartland*, domina a Ilha Mundial. Quem domina a Ilha Mundial, comanda o mundo” (MACKINDER, 1919, p. 186, tradução do autor).

A Ilha Mundial (*World-Island*) é formada por Europa, Ásia e África. Estes três continentes interligados representam, como um todo, a região mais populosa, mais rica em recursos naturais e maior em tamanho do mundo. Para Mackinder (1904), o conjunto de oceanos forma uma unidade, como pensava Mahan (1889), ao contrário da visão de que haveria quatro oceanos e seis continentes. Entretanto, a balança pesava em favor do poder terrestre, que estava concentrado na área pivô e era inacessível ao poder naval.

Tomando como base a teoria do *heartland*, o geoestrategista norte-americano Nicholas Spykman (1942) desenvolveu sua teoria do *rimland*, que desloca a importância fundamental da área pivô para o seu entorno. Ou seja, mais importante do que conquistar o *heartland* é obter o controle do *rimland*, que é exatamente o conjunto das áreas do seu entorno, que Mackinder havia nomeado como crescente marginal. De acordo com José Luis Fiori (2011)

Dentro desta tradição, não há dúvida que Nicholas Spykman foi o pai da “escola geopolítica norte-americana”. Ele partiu das idéias de Halford Mackinder, mas modificou sua tese central: para Spykman, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o “coração do mundo”, é quem é capaz de cercá-lo, como os Estados Unidos fizeram durante toda a Guerra Fria, e seguem fazendo até os nossos dias (FIORI, 2011).

O *rimland* era mais importante para Spykman, porque tanto favorecia o domínio da Eurásia, quanto permitia o contato com outras regiões do mundo através dos mares (KAPLAN, 2012). Além disso, era mais rico em recursos naturais que o *heartland* e, devido as suas condições geográficas, estava sujeito à disputa tanto pelo poder terrestre da Rússia quanto pelas potências marítimas (SPYKMAN, 1942). De acordo com Brandão, pode-se notar que Spykman foi influenciado tanto pela teoria do poder terrestre de Mackinder, quanto pela teoria do poder naval de Mahan:

Discípulo de geopolíticos como Mahan e Mackinder, Spykman compreendia a importância da geografia política. Ao situar o epicentro do problema não apenas no “Estado que controla o Heartland”, mas nos países “comprimidos” entre as potências terrestres e navais, Spykman multiplicou os focos de tensão, ampliando o raio de ação da política exterior americana (BRANDÃO, 2016, p. 55).

As ideias de Spykman foram a referência para a geopolítica norte-americana durante a Guerra Fria, tanto para a definição da política de contenção elaborada por George Kennan, quanto para sua crítica feito pelo campo conservador nos EUA. De acordo com Henry Kissinger (1994), Kennan via a União Soviética essencialmente como uma combinação entre a ideologia comunista e o expansionismo czarista, este último estando relacionado ao problema histórico da vulnerabilidade da Rússia:

Desde os tempos imemoriais, argumentou Kennan, os czares já haviam tentado expandir seus territórios. Eles tentaram subjugar a Polônia e convertê-la em uma nação dependente. Consideravam a Bulgária como parte da esfera de influência russa e buscavam um porto de águas cálidas no mediterrâneo, impondo seu domínio sobre os Estreitos do Mar Negro (KISSINGER, 1994, p. 448, tradução do autor).

Kennan defendia que União Soviética cairia por si só, cabendo aos Estados Unidos uma postura reativa em relação ao que via como expansionismo soviético. Neste sentido, os EUA articularam, sob a mesma estratégia de contenção, pactos como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), definidos por Kennan como defensivos, e o Plano Marshall, que visava à reconstrução dos países aliados e a conter o avanço do socialismo na Europa (BRANDÃO, 2016).

Após o fim do conflito entre Estados Unidos e União Soviética, uma das principais referências no pensamento geopolítico norte-americano foi Zbigniew Brzezinski³. Na linha da teoria do heartland, ele definiu a preponderância sobre a Eurásia como principal objetivo geopolítico dos Estados Unidos, afirmando que isso havia sido alcançado com a vitória na Guerra Fria. Brzezinski (1997) afirmou que a primazia global norte-americana seria diretamente dependente da capacidade de sustentar sua proeminência na região eurasiática. Neste sentido, afastar a Ucrânia da órbita de influência russa – o que se consolidaria com a entrada da mesma

³ Cabe salientar que a importância de Brzezinski data de antes do fim da Guerra Fria, tendo sido Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter (1977-1981) e publicando trabalhos relevantes como *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest*, em 1986.

na OTAN – reduziria a Rússia à condição de potência asiática, sem projeção geopolítica sobre a Europa. Além disso, excluiria dos russos o acesso às águas quentes do Mar Mediterrâneo via Mar Negro. Por isso, o autor definiu a Ucrânia como um pivô geopolítico da Eurásia (BRZEZINSKI, 1997).

O fim da URSS e a independência da Ucrânia

O fim da União Soviética é um fenômeno complexo, no qual diversos fatores tiveram papel importante⁴. Para fins da análise proposta neste artigo, daremos ênfase aos aspectos geopolíticos e econômicos. Sob a presidência de Ronald Reagan, os EUA deixaram de lado a doutrina da contenção de Kennan, que em geral era reativa e se baseava na ideia de que haveria um declínio inercial da URSS, e adotaram uma postura ofensiva contra a União Soviética. Os principais críticos da estratégia de contenção dentro dos EUA eram os conservadores, que viam tal estratégia como vantajosa para a URSS. A expansão das zonas de influência soviéticas nos anos 1970 confirmou esse argumento:

Entre a Guerra do Yom Kippur e a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas, a União Soviética viveu seu apogeu em termos de projeção de poder em regiões geopoliticamente sensíveis. Estados importantes do *rimland* foram incorporados progressivamente à sua esfera de influência. Fator determinante para essa expansão foi a oferta de crédito em divisa estrangeira (um dos itens do acordo que estabeleceu a *détente*) e a sucessiva elevação do preço do petróleo, principal produto de exportação soviético. O comércio de petróleo favoreceu a acumulação de divisas que, por sua vez, possibilitaram a expansão territorial do poder (BRANDÃO, 2016, p. 142).

Nos anos 1980, os soviéticos enfrentavam uma corrida armamentista promovida pelo governo Reagan enquanto vinham sendo derrotados na guerra contra o Afeganistão, cenário cuja instabilidade também foi resultado da ação da inteligência norte-americana⁵ (GIBBS, 2000). Ao mesmo tempo em que aumentou sua projeção geopolítica na Guerra Fria, a URSS vinha percebendo dificuldades no campo econômico, que se aprofundaram com a pressão colocada pelos EUA. A partir dos anos 1960, houve uma diminuição significativa no crescimento anual médio da URSS. No período de 1951 a 1960, o crescimento econômico anual médio foi de 10,3%, enquanto que nos anos de 1981 a 1985 a média foi de 3,2% (SEGRILLO, 2015). Além disso, o governo soviético percebia a defasagem tecnológica em relação às potências ocidentais, no contexto da chamada “Terceira Revolução Industrial” ou Revolução Científico-Tecnológica. Gorbachev afirmou que “o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico (...) começou a se alargar, e não a nosso favor” (SEGRILLO, 2015, p. 17). Tanto a estagnação econômica quanto a defasagem tecnológica da União Soviética coincidiram com transformações no paradigma de produção industrial no Ocidente, como a adoção de padrões flexíveis de produção, como o Toyotismo, em lugar do tradicional Fordismo (CARVALHO, 2017).

Gorbachev propunha o *Novo Pensamento*, conjunto de ideias inspiradas em parte nas políticas de Nikolai Bukharin e Nikita Krushev, que refletiam o interesse de empresários “cooperativados” ou “ilegais” e

⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre o fim da URSS, ver : VISENTINI, Paulo. Os Paradoxos da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007 ; KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. Socialism Betrayed. Behind the Collapse of the Soviet Union. New York: International Publisher, 2008.

⁵ Em entrevista ao *Le Nouvel Observateur*, em 1998, Brzezinski, que foi conselheiro de segurança nacional do presidente Jimmy Carter, afirmou que a ajuda secreta da CIA aos Mujahidin induziu à intervenção militar soviética no Afeganistão em 1979 (GIBBS, 2000).

funcionários corruptos do partido. Tais ideias consistiam na adoção de valores ocidentais “universais”, tais como a democracia liberal, a economia de mercado, os direitos humanos, ambientalismo e a defesa de minorias étnicas e sociais, em contraposição à ideia de luta de classes (VISENTINI, 2007).

Neste cenário de crise econômica, pressão externa dos Estados Unidos e liderança com nova mentalidade, o governo soviético tentou implantar uma reforma econômica radical, a *Perestroika*, que consistia basicamente num conjunto de medidas de caráter liberalizante que visavam à retomada do crescimento por meio de gastos públicos civis, redução dos gastos militares e reforma das empresas públicas com objetivo de promover a inovação tecnológica, disciplina e combate à corrupção (MEDEIROS, 2008). Implantadas em 1987-88, as reformas desorganizaram o sistema econômico soviético, gerando problemas de abastecimento de alimentos, necessidade de grandes volumes de importações, aumento substancial da dívida externa e crise inflacionária (MAZAT, 2013).

Como os gastos militares constituíam o principal fardo da economia soviética, Gorbachev tinha como objetivo pôr fim à corrida armamentista com os Estados Unidos. Além disso, buscava-se evitar o desencadeamento de uma guerra com os Estados Unidos, considerando a ofensiva belicista do governo Reagan (VISENTINI, 2007). A proposta de redução de gastos militares, que significaria na prática uma diminuição de armas e tropas, levou Gorbachev a tentar redefinir toda a estratégia militar soviética, buscando a adoção de uma “doutrina defensiva”, o que contou com larga oposição da alta cúpula do Exército Vermelho e do complexo industrial-militar (MEDEIROS, 2008).

A condição dos militares para a redução de armas estratégicas ofensivas era que os Estados Unidos em contrapartida interrompessem a sua Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE). Entretanto, Gorbachev anunciou em 1988 nas Nações Unidas sua decisão de redução unilateral das forças soviéticas, enquanto que Reagan havia rejeitado abandonar a sua iniciativa. Isto representou um isolamento dos militares contrários às reformas – considerados “conservadores”, neste contexto – e um enfraquecimento do poder do exército, o que teve um peso considerável para a dissolução da União Soviética. Para Medeiros, “o Exército soviético era o principal instrumento de defesa do comunismo e, simultaneamente, o elemento de coesão das nacionalidades e grupos étnicos. O declínio do poder do Exército foi, assim, o estopim para o separatismo” (MEDEIROS, 2008, p. 222). Ao mesmo tempo, a derrota no Afeganistão também contribuía para o enfraquecimento do Exército. Após o fim da guerra, grupos étnicos não-russos passaram a protestar contra o alistamento militar e começaram a surgir movimentos separatistas (REUVENY e PRAKASH, 1999).

Na Ucrânia, o acidente de Chernobyl, em 1986, impulsionou o descontentamento da sociedade com o poder central em Moscou. O movimento ecológico, que responsabilizava governo soviético pelo desastre, tornou-se uma das primeiras formas de organização nacional ucraniana durante as reformas de Gorbachev (PLOKHY, 2015). Outra questão central que tomou forma de mobilização política foi a defesa da cultura nacional. Ploky (2015) afirma que uma das primeiras organizações de massa na Ucrânia foi a Sociedade para Proteção da Língua Ucraniana, que em 1989 tinha 150.000 membros. Este grupo considerava que os fundamentos da nação ucraniana, que seriam a língua e a cultura, estavam sob ameaça, devido ao processo de “rus-

sificação” pela qual havia passado a Ucrânia durante a urbanização no período soviético. Nos anos 1980, apesar de a população ucraniana ser majoritária na maioria das cidades, a língua russa ainda era predominante. Em 1989, houve a primeira eleição indireta para o parlamento, surgiu a primeira organização política de massa, o Movimento Popular pela Perestroika, chamado *Rukh* – que chegou à marca de 300.000 membros neste mesmo ano – e a Igreja Católica foi legalizada (PLOKHY, 2015; MAGOCSI, 2010).

No verão de 1990, o parlamento ucraniano seguiu a decisão tomada pelos países bálticos e declarou a Ucrânia como país soberano, o que não a separou imediatamente da URSS, porém deu às suas próprias leis precedência sobre as leis soviéticas. Devido à crise econômica e ao enfraquecimento do exército, o governo central em Moscou estava numa condição de impotência para frear as aspirações de independência de suas repúblicas. Após a malograda tentativa de golpe de Estado de um grupo de militares contra Gorbachev, em 19 de agosto de 1991, o parlamento ucraniano votou pela independência, pelo placar de 346 votos a 1. No dia primeiro de dezembro, a declaração de independência foi confirmada via referendo popular (KUZIO, 2000).

Com o fim da Guerra Fria, os países que fizeram parte da União Soviética e do bloco socialista no Leste europeu se tornaram bastante vulneráveis a influências externas, sobretudo a americana, pois se situavam no *rimland*, região estratégica na perspectiva geopolítica dos Estados Unidos relativa à contenção da Rússia e ao objetivo de alcançar proeminência na Eurásia. Como veremos a seguir, o enfraquecimento da Rússia em decorrência do modo radical e problemático como foi feita a transição política e econômica favoreceu o avanço da influência americana para o seu entorno. Neste cenário, a Ucrânia teve prioridade na estratégia dos Estados Unidos, inicialmente, devido ao arsenal atômico herdado da URSS.

A conjuntura pós-Guerra Fria e a Ucrânia independente

O fim da União Soviética representou uma grande mudança no sistema internacional, que a partir de então se caracterizou por uma enorme assimetria tecnológica, militar e econômica entre os Estados Unidos e os demais países. A Rússia, que foi herdeira da maior parte do aparato militar e tecnológico soviético, passou por uma severa crise econômica e social em decorrência do modo abrupto como foi feita a transição para a economia de mercado (MAZAT, 2013). A Ucrânia, assim como as demais repúblicas que se separaram, sofreu grande queda na produção agrícola e industrial e passou por um processo de hiperinflação. Esta se deu principalmente por não haver instituições financeiras próprias na Ucrânia e pela necessidade de comprar produtos do mercado estrangeiro, que gerava um déficit orçamentário que era coberto com emissão de papel moeda e empréstimos (KRAVCHUK, 1998).

Em 1991, a Ucrânia era uma das repúblicas soviéticas mais pobres. As estatísticas disponíveis demonstram que o PIB per capita naquele ano era de US\$ 1,307, somente acima de Azerbaijão, Geórgia, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão (SUTELA, 2012). Havia expectativa em parte da sociedade que a integração com os países da Europa e os Estados Unidos, a adoção do livre-mercado e a construção de regimes democráticos fosse de fato melhorar as condições de vida no país. Entretanto, as políticas de privatizações, desregulamentação financeira e liberalização do comércio aprofundaram ainda mais a crise econômica, além de favorecer a

corrupção, em razão da falta de transparência na transferência dos bens estatais às mãos privadas. Neste processo emergiu uma nova classe de oligarcas que passou a constituir a elite político-econômica da Ucrânia, de modo similar ao que ocorreu na Rússia (ASLUND, 2005).

Devido às cadeias produtivas construídas no passado soviético, a Ucrânia continuou a ser dependente da Rússia em termos econômicos. A economia, que antes dos anos 1930 era baseada somente na agricultura, sofreu uma modernização no período da URSS, sobretudo nos setores de metalurgia e mineração. Com a industrialização, houve um aumento na demanda por petróleo e gás natural, o que tornou a Ucrânia dependente da Rússia nestes setores⁶ (SUTELA, 2012). O gás russo fornecido para a Ucrânia tinha o preço subsidiado em 70% e quase um terço do complexo industrial militar soviético estava localizado em território ucraniano. Aproximadamente 750 fábricas e 140 instituições técnicas, com quase 1 milhão de trabalhadores se mantinham integrados à economia russa. Com a dissolução da URSS, a Rússia removeu de lá dois terços do antigo aparato industrial soviético, reduzindo em 40% as importações de maquinário e equipamentos produzidos na Ucrânia (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Nos EUA, uma das prioridades da política externa de Bill Clinton ao assumir a presidência foi o desarmamento nuclear da Ucrânia, por meio de negociações para a retirada do arsenal atômico soviético instalado no país. De acordo com Mearsheimer (1993), na perspectiva da administração do presidente Bill Clinton a Europa seria mais estável se a Rússia fosse o único Estado pós-soviético a possuir armas nucleares, posição com a qual o governo russo concordava, uma vez que os armamentos ucranianos seriam transferidos para a Rússia. O acordo foi assinado em janeiro de 1994, após intensos debates, tendo participado os Estados Unidos, a Inglaterra e a Rússia. A atuação dos Estados Unidos e Inglaterra tinha como base os acordos *Strategic Arms Reduction Treaty* (START) e o *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons* (NPT), que visavam à redução dos arsenais nucleares no mundo.

Além disso, os Estados Unidos criaram o programa *Partnership for Peace*, que tinha o objetivo de inserir as ex-repúblicas soviéticas dentro da estrutura da OTAN, a despeito dos interesses russos (USA, 1994). Na Ucrânia, um dos obstáculos a este objetivo era a base naval de Sebastopol, na Crimeia, devido a ser a cidade onde estacionava a 5ª esquadra soviética, que passou a ser uma base naval russa após o fim da URSS (KUZIO, 2000). A base naval na Crimeia tem importância geoestratégica crucial para a Rússia, pois permite o acesso às águas quentes do Mar Mediterrâneo e conseqüentemente a projeção de seu poder naval, evitando que o país se reduza à condição exclusiva de poder terrestre.

A Crimeia, de acordo com Sasse (2007), é um território cuja população é predominante formada por russos étnicos e com uma forte adesão aos valores soviéticos, o que constituiu um dos principais desafios à Ucrânia durante o seu processo de independência da União Soviética. Neste contexto, houve um rápido crescimento da mobilização política de nacionalistas russos que adotaram um caráter separatista na península, que culminaram numa tentativa de emancipação, em 1992. Entre os anos de 1994 e 1998, devido a negociações

⁶ Ao mesmo tempo, a Rússia dependia da Ucrânia para realizar as exportações de hidrocarbonetos ao seu principal mercado consumidor, a Europa, devido ao fato de os gasodutos russos passarem pelo território ucraniano.

no parlamento ucraniano que definiram um status constitucional de autonomia para a Crimeia, observou-se um recuo deste movimento separatista (SASSE, 2007).

Outro aspecto importante para os Estados pós-soviéticos foi a forma como se deu a relação entre a Rússia e os Estados Unidos nos anos 1990. Mesmo com os EUA descumprindo a promessa de não expandir a OTAN para países da antiga área de influência soviética, o governo de Boris Yeltsin centrou sua política externa no pós-Guerra Fria na ideia de “cooperação” com os Estados Unidos e o Ocidente. Em discurso no conselho de segurança da ONU, afirmou que a Rússia compartilhava os principais valores ocidentais, que segundo ele seriam os Direitos Humanos, a liberdade, o estado de direito e a moralidade. Na prática, Yeltsin concordou que países do antigo bloco socialista, como Polônia, Hungria e República Tcheca, se tornassem membros da OTAN, ao assinar em 1997 o Ato Fundador sobre as Relações, Colaboração e Segurança Mútua entre a Rússia e a OTAN. Este acordo significou um avanço dos Estados Unidos em sua estratégia de enfraquecer a Rússia do ponto de vista geopolítico (MAZAT e SERRANO, 2012), em consonância com a perspectiva geopolítica norte-americana de manter a primazia na Eurásia (BRZEZINSKI, 1997).

A expansão da OTAN e a Revolução Laranja na Ucrânia

A OTAN se expandiu na direção dos países que faziam parte do bloco socialista e da União Soviética ao longo dos anos 1990 e dos anos 2000. Em 1999, tornaram-se membros a Polônia, Hungria e República Tcheca. Em 2004, Eslováquia, Eslovênia, Romênia e Bulgária, além das ex-repúblicas soviéticas do Báltico: Estônia, Letônia e Lituânia (CANÊDO, 2006). Conforme se pode observar no mapa 2, após o fim da Guerra Fria a OTAN se expandiu na direção do entorno da Rússia.

A Ucrânia se aproximou da OTAN ainda no ano de 1997, por meio da adesão ao *Partnership for Peace*. Ao mesmo tempo, o presidente Leonid Kuchma tentava se aproximar da Rússia, devido à interdependência econômica entre ambos os países. Contudo, dada a assimetria de poder entre Rússia e Estados Unidos, o país norte-americano conseguiu estabelecer uma influência maior sobre a Ucrânia, avançando na aproximação desse país à OTAN (BUKKVOLL, 1997).

Mapa 2 - Expansão da OTAN



Fonte: COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS, 2017.

Um episódio que se destaca neste esforço de afastar a Ucrânia da Rússia e aproximá-la do Ocidente foi a *Revolução Laranja*, ocorrida em 2004, na qual protestos de parte da população levaram à mudança no resultado das eleições. Tal movimento consistiu na defesa da anulação da eleição de Viktor Yanukovitch para a presidência, sob a alegação de fraude, em favor do candidato que ficou na segunda colocação, Viktor Yuschenko. Yanukovitch, membro do Partido das Regiões, havia sido governador de Donetsk, localizada no leste ucraniano, onde a cultura russa é predominante, sendo considerado um candidato pró-Rússia. Yuschenko, por sua vez, era contrário ao acordo com a Rússia relativo à continuação da cessão da base de Sebastopol e defendia a integração da Ucrânia à União Europeia e à OTAN.

Após o resultado das eleições, ocorreram protestos de rua acusando fraude no processo eleitoral. Políticos europeus se envolveram na mediação da crise, destacando-se a atuação do presidente da Polónia, Aleksander Kwasniewski, que conseguiu convencer o presidente Leonid Kuchma, no fim do seu mandato, a apoiar a anulação das eleições (PLOKHY, 2015). Desta forma, a Revolução Laranja se saiu vitoriosa, com eleição de Yuschenko em dezembro de 2004, como presidente da Ucrânia. Plokyh interpreta a Revolução Laranja como um movimento de luta pela liberdade e pela justiça, conforme escreve a seguir

Enquanto as câmeras de televisão transmitiam imagens dos protestos do Maidan para todo o mundo, telespectadores europeus descobriam a Ucrânia por si mesmos, pela primeira vez enxergando como além de uma distante região no mapa. As imagens não deixaram dúvidas de que seus habitantes desejavam liberdade e justiça. A Europa e o mundo não poderiam ficar de fora (PLOKHY, 2015 p. 334, tradução do autor).

No trecho acima o autor sustenta sua análise com base na cobertura da mídia ocidental dos protestos e a sua reação no Ocidente, justificando no final a atuação de atores externos como a União Europeia na resolução da crise. Além disso, Plokhly utiliza os resultados das pesquisas eleitorais, que divergiram do resultado favorável a Yanukovitch, como fundamento para sua análise. Segundo McFoul (2007), a tecnologia para descobrir fraudes eleitorais foi importada dos Estados Unidos, além de haver a presença de monitores internacionais para fiscalizar o processo eleitoral e dar legitimidade ao pleito do ponto de vista ocidental, que era favorável à Yuschenko.

De acordo com Sussman (2010), a Revolução Laranja se insere no contexto das “revoluções coloridas”, que levaram à derrubada de governos alinhados à Rússia na Sérvia, Geórgia e Quirguistão, além da Ucrânia, entre os anos de 2000 e 2005. Elas foram resultado da influência dos Estados Unidos e seus aliados nos Estados que eram parte do antigo bloco socialista, através de mecanismos de financiamento e de assistência à promoção da democracia, que contavam com técnicas de pesquisa de opinião pública, de boca de urna, métodos e treinamento para conflitos estratégicos não-violentos. Os principais agentes destes movimentos foram ONGs, como *Freedom House*, *American Enterprise Institute*, *National Democratic Institute*, que eram financiadas por agências norte-americanas e europeias além de grupos privados e estatais tais como *United States Agency for International Development (USAID)*, *National Endowment for Democracy (NED)* e a *Central Intelligence Agency (CIA)*, no sentido de apoiar grupos políticos e movimentos populares que se posicionavam politicamente como pró-ocidentais e contrários à aproximação com a Rússia (SUSSMAN, 2010).

Entre os anos de 2003 e 2004, foram gastos pelo governo de George W. Bush aproximadamente US\$ 65 milhões com os grupos ligados a Viktor Yuschenko. Com efeito, tal política de apoiar financeiramente grupos políticos ucranianos favoráveis à aproximação da Europa e ao afastamento da Rússia estava em vigor desde o fim da União Soviética. A secretária de Estado para a Europa, Victoria Nuland, afirmou em 2013 que, desde 1991, os EUA haviam gasto US\$ 5 bilhões no “desenvolvimento de instituições democráticas” na Ucrânia (MEARSHEIMER, 2014).

Segundo Plokhly (2015, p. 335), os anos após a Revolução Laranja foram “cheios de contradições”. Em 2006, o Partido das Regiões ganhou a maioria do parlamento e nomeou Yanukovitch, cuja eleição havia sido anulada em 2004, como primeiro ministro. Com isso, o candidato que havia sido impedido de tomar posse dois anos depois voltou a ocupar lugar de destaque na política ucraniana através do voto popular de seu partido. Embora tenha tido sucesso na anulação da eleição de 2004 em favor do seu candidato, a Revolução Laranja não conseguiu se consolidar, perdendo espaço para o Partido das Regiões, que se aliou aos partidos comunista e socialista da Ucrânia. Em 2010, Yanukovitch foi eleito novamente presidente da Ucrânia, desta vez efetivamente tomando posse do cargo. Na perspectiva russa, a Revolução Laranja foi entendida como um golpe de Estado, conforme afirmou o presidente russo Vladimir Putin:

Viktor Yanukovitch venceu aquela eleição, mas aparentemente as ruas não concordaram com isto e eclodiram protestos populares. Tais protestos foram ativamente apoiados pelos Estados Unidos. Uma terceira rodada de eleições foi realizada, violando a constituição do país. Isso pode ser percebido como um golpe de estado (THE PUTIN..., 2017, parte 3, tradução do autor).

De acordo com George Friedman (2008), enquanto na perspectiva europeia e norte-americana este episódio na Ucrânia foi visto como um triunfo da democracia e da influência ocidental, do ponto de vista da Rússia, o movimento consistiu em uma intervenção da CIA nos assuntos internos da Ucrânia, com o objetivo de torná-la membro da OTAN, o que se inseria no que o autor classifica como estratégia de cercamento ocidental da Rússia. A perspectiva de Friedman segue a linha de raciocínio de Spykman, acerca da importância estratégica do *rimland*. Deste modo, pode-se observar, em certa medida, um avanço da estratégia de contenção da Guerra Fria, adaptada ao novo contexto político internacional, no qual um dos objetivos dos EUA é conter a influência do Estado russo no seu entorno. Por outro lado, o *modus operandi* para se alcançar a influência na Ucrânia pode ser entendido a partir da análise de Brzezinski sobre o tipo de hegemonia exercido pelos Estados Unidos, “indireta e aparentemente consensual” (BRZEZINSKI, 1997, p. 27), por meio da cooptação de elites estrangeiras em favor de seus interesses estratégicos.

A retomada da capacidade de projeção geopolítica da Rússia

Em 2006, houve uma drástica redução no abastecimento de gás para a Ucrânia, devido a uma disputa comercial com a Rússia em relação aos preços. Além disso, havia a acusação de desvio no fornecimento de gás realizado pelas autoridades ucranianas. Isto pode ser interpretado como uma reação da Rússia ao governo que tomou posse por ocasião da Revolução Laranja, cujo principal objetivo de política externa era a aproximação com o Ocidente. Além de pressionar a Ucrânia, este episódio trouxe à tona o problema da dependência energética dos Estados-membros da União Europeia, sobretudo no Leste Europeu, em relação ao fornecimento de gás russo.

Os países do Leste Europeu e da Europa Central são altamente dependentes do fornecimento de gás, que é transportado via gasodutos que passam pelo território ucraniano (ver mapa 3). Devido ao inverno rigoroso na maior parte destas regiões, o gás natural é um item de necessidade básica para o aquecimento das casas da população. Em 2006, a União Europeia chegou a duas conclusões, de acordo com Almeida (2008, p. 22): “Está dependente da energia russa, principalmente o gás; e Moscovo não hesita em usar a energia como arma política. Nada como a dependência energética simboliza tão bem a alteração no equilíbrio de poder entre a Rússia e a EU [União Europeia]”. Em 2009, houve outra crise relativa ao corte de fornecimento de gás proveniente da Rússia, no início de janeiro. Primeiramente, foi cortado o abastecimento da Ucrânia e mantido o da Europa, que posteriormente também foi interrompido. Países que dependiam totalmente do gás russo no Leste Europeu tiveram o fornecimento cortado (ALMEIDA, 2008).

A controvérsia estava relacionada novamente a um desacordo em relação aos preços. O motivo alegado pela Rússia foi que a Ucrânia havia roubado cerca de 50 milhões de metros cúbicos de gás russo – uma quantidade considerada pequena. Diferente da crise de 2006, quando o fornecimento de gás voltou ao normal em quatro dias, em 2009 o corte se prolongou por vinte dias, tendo um impacto muito maior e atingindo vários países da Europa. Rússia e Ucrânia trocaram acusações mútuas sobre a responsabilidade do corte do gás. As partes chegaram a um acordo ao final de vinte dias, o qual aumentou significativamente o preço do gás para

a Ucrânia e demonstrou como a Rússia passou a utilizar a dependência energética europeia como uma ferramenta de negociação e projeção de poder (PAUTASSO, 2014).

Mapa 3 - Principais gasodutos na Ucrânia



Fonte: HOTTEN; KROEGER, 2014.

A Ucrânia buscou uma alternativa a esta situação com a exploração das reservas de gás de xisto em seu território, a quarta maior da Europa. As empresas petrolíferas norte-americanas e europeias, como a Chevron, Exxon Mobil e Royal Dutch-Shell, manifestaram interesse na sua exploração, com objetivo de conquistar os mercados da Ucrânia e dos países do seu entorno, como a Polónia, Bulgária, França, República Tcheca, Hungria e outros. Durante a presidência de Viktor Yanukovitch (2010-2014), estas empresas assinaram acordos relativos ao investimento de bilhões de dólares no setor de petróleo e gás ucraniano (MONIZ BANDEIRA, 2016). A presença do capital norte-americano e europeu neste setor na Ucrânia tinha como um de seus objetivos estratégicos reduzir a dependência energética da União Europeia e da Ucrânia em relação à Rússia.

Assim como na Ucrânia, observou-se na Geórgia um forte avanço da influência ocidental nos anos 2000, o qual a Rússia respondeu com uso da força militar em 2008. A Geórgia também havia passado por uma revolução colorida, a “Revolução Rosa”, em 2003, a partir da qual passou a ter um governo pró-Occidente. O novo governo, liderado por Mikheil Saakashvili, enviou tropas para o Iraque em apoio aos Estados Unidos e definiu como prioridade a entrada do país na OTAN. Na cúpula de Bucareste da OTAN, realizada em abril de 2008, houve uma pressão dos EUA no sentido de encaminhar a candidatura da Geórgia e da Ucrânia para fazerem parte da organização. Todavia, os países-membros recusaram esta proposta, destacando-se a França e a Alemanha, que informaram que vetariam o convite para ambos os países, posição que foi apoiada por Itália, Hungria, Bélgica, Holanda e Luxemburgo (ERLANGER e MYERS, 2008). O objetivo dos países europeus com esta recusa era manter a estabilidade nas relações com a Rússia, devido à dependência energética da Europa em relação ao gás natural russo, como vimos anteriormente.

Em agosto de 2008, ocorreu a *Guerra dos Cinco Dias*, entre a Rússia e a Geórgia. A guerra foi deflagrada pela Geórgia, que tinha como objetivo reaver territórios separatistas na fronteira com a Rússia, de modo a estar apta a fazer parte da OTAN – uma das condições para os países que desejam se candidatar a membro da

organização é não ter áreas separatistas em seu território. O exército georgiano invadiu a Ossétia do Sul – região separatista da Geórgia na fronteira com a Rússia, assim como a Abecásia, desde o fim da URSS –, na noite do dia 7 de agosto, tentando tomar controle da capital Tskhinvali. Na manhã do dia seguinte, o exército russo respondeu avançando sobre o território sul-ossetiano com infantaria e blindados em conjunto com poder aéreo. No dia 10, as forças russas já haviam estabelecido o controle sobre a Ossétia do Sul. No dia 12, o presidente russo Dmitri Medvedev anunciou o cessar fogo e fim da operação militar russa na Geórgia. Foi assinado, posteriormente, pelos líderes de Rússia, Geórgia, Abecásia, Ossétia do Sul e França, um plano de seis pontos definindo o fim do conflito (MONIZ BANDEIRA, 2016).

A atuação da Rússia na Geórgia, ao optar pelo uso da força, demonstrou sua capacidade de agir unilateralmente a despeito das regras regionais estabelecidas (KING, 2008). A Ossétia do Sul e a Abecásia, apesar de formalmente fazerem parte da Geórgia, na prática são territórios independentes desde o fim da URSS. De acordo com Antonenko (2008), a Geórgia sempre considerou o uso da força para retomar as províncias separatistas, ao mesmo tempo em que a Rússia, desde o início dos anos 1990, possui tropas nestes territórios, tendo aumentado seu efetivo nas semanas anteriores ao conflito. A atuação militar efetiva do Exército russo demonstrou sua capacidade de projetar poder no seu entorno, conseguindo frear o avanço da OTAN para sua fronteira no Cáucaso.

Tanto a Ucrânia quanto a Geórgia se situam no *rimland* e a adesão de ambas à OTAN é vista como forte ameaça à defesa do território russo. Enquanto os Estados Unidos espalharam sua influência nestes países por meio das Revoluções Coloridas, a Rússia respondeu a cada caso de forma diferente: enquanto na Geórgia foi utilizado o poder militar, na Ucrânia foram utilizados instrumentos geoeconômicos⁷ relativos à dependência energética ucraniana, como forma de alcançar o objetivo de reduzir a influência americana que avançou com a Revolução Laranja.

Acirramento da divisão interna na Ucrânia

O governo de Yuschenko (2005-2010) foi marcado pelo fracasso na implantação das reformas de livre-mercado e no combate à corrupção, que continuam sendo uma das principais questões no debate político na Ucrânia após a independência (MAGOCSI, 2010). A sua principal aliada durante a Revolução Laranja, Yulia Timoshenko, ocupou o cargo de Primeira-Ministra do parlamento no início do governo e depois se converteu em sua adversária, tendo uma agenda própria de reformas diferente da do presidente. De acordo com Plokhyy (2015, p. 335), a rivalidade entre Timoshenko e Yuschenko se tornou uma “novela”, causando descrédito na causa da reforma econômica e da integração com a Europa.

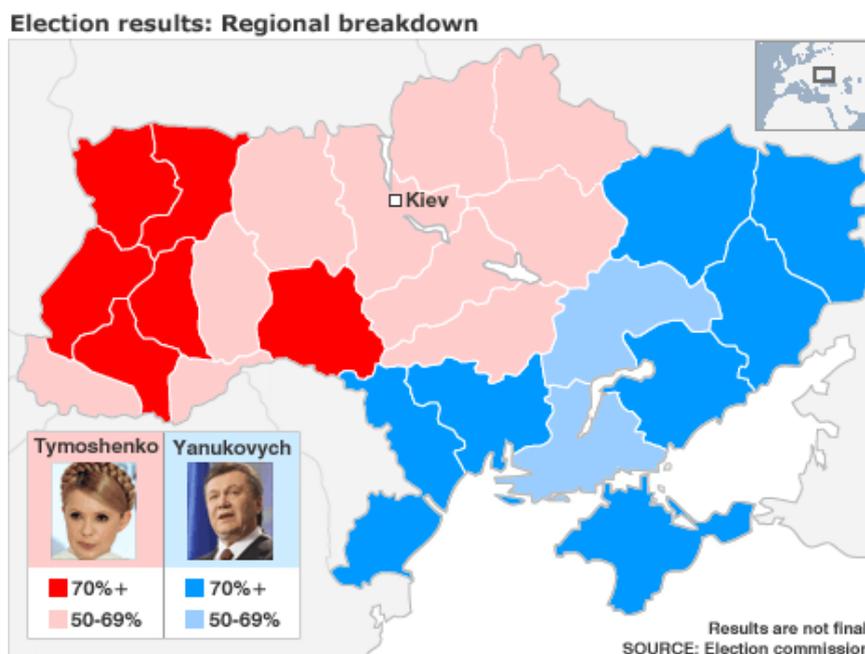
Além disso, Yuschenko tentou construir uma identidade nacional forte na Ucrânia baseada no episódio da Grande Fome de 1932-33 e celebrando o Exército de Insurgência Ucraniano que lutou contra os soviéticos ao lado da Alemanha nazista. Além disso, Yuschenko ainda concedeu a condecoração póstuma de “Herói

⁷ Blackwill e Harris (2016) definem a geoeconomia como a utilização de instrumentos econômicos para defender interesses nacionais e alcançar objetivos geopolíticos, assim como o impacto de ações econômicas de países estrangeiros nos objetivos geopolíticos de um país.

da Ucrânia” a Stepan Bandera, líder dos nacionalistas radicais de extrema-direita na Ucrânia e colaborador do regime nazista nos anos 1930 e 1940. A reação da população ucraniana e dos países europeus a esta homenagem, de modo geral, foi negativa. Neste sentido, Plokyh afirma que “o caso Bandera provocou uma forte reação negativa não só no Leste e Sul do país, mas também entre a *intelligentsia* de Kiev e Lviv e alienou parceiros europeus da Ucrânia” (PLOKHY, 2015, p. 335, tradução do autor).

Em 2010, Viktor Yanukovitch disputou novamente a eleição presidencial, desta vez contra Yulia Tymoshenko, uma das líderes da Revolução Laranja. O resultado do pleito (ver mapa 4 adiante) refletiu a divisão interna que existe na Ucrânia entre os cidadãos de origem russa, que são maioria nas regiões leste e sul, e os ucranianos étnicos, que são predominantes na parte ocidental do país.

Mapa 4 - Eleição de 2010 na Ucrânia



Fonte: BBC NEWS, 2010.

A Revolução Laranja, além de ter sua candidata derrotada na eleição de 2010, contribuiu para o acirramento da polarização política na sociedade ucraniana entre a Rússia e o Ocidente. Nessas circunstâncias, Yanukovitch assumiu o governo e tomou medidas de aproximação com a Rússia. Primeiramente, assinou o acordo de Kharkov com o presidente Dimitri Medvedev, relativo principalmente ao fornecimento de gás, no qual a Ucrânia obteve um desconto de 30%. Além disso, o acordo previa cooperação nas áreas militar e tecnológica em diversos setores, como aeronáutica, energia nuclear e indústria bélica. Em contrapartida, a concessão da base naval de Sebastopol foi prorrogada até 2042, o que garantia por este período a impossibilidade de adesão da Ucrânia à OTAN (NEW YORK TIMES, 2010).

Após a celebração deste acordo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um resgate (*bailout*) de US\$ 15 bilhões para a Ucrânia, com a condição de que o país passasse por um ajuste fiscal, que implicaria cortes no subsídio de energia, redução programas de sociais básicos, privatização de empresas estatais, demissão de funcionários públicos e desvalorização da moeda. Este resgate já havia sido oferecido em 2010 e foi

cancelado por Yanukovitch posteriormente, devido à alegação de impossibilidade de atender às condições do Fundo Monetário internacional (ROUDET, 2010).

Estava marcada para novembro de 2013 a celebração do *European Union Association Agreement*, cuja negociação havia sido retomada ainda no governo de Yuschenko. Entretanto, em outubro, a Rússia tomou algumas medidas para pressionar a Ucrânia no sentido contrário: aumentou as tarifas aduaneiras para os produtos da Ucrânia, reduzindo suas exportações em 25%; cobrou dívidas relativas ao fornecimento de gás natural, considerando aumentar o preço do combustível; e ameaçou restringir a entrada de ucranianos na Rússia (ASLUND, 2013).

Diante deste cenário, Yanukovitch decidiu interromper a negociação com a União Europeia e sinalizou uma aproximação com a Rússia, ato a partir do qual se deflagrou a crise de 2014, que resultou na queda do seu governo. Tal crise teve dimensão internacional (HENDLER, 2014; MELCNIASZUK, 2014), envolvendo interesses externos de Estados Unidos e Rússia, a partir da divisão interna existente no país, causando mudança do governo central para uma orientação pró-ocidental e a perda da Crimeia e a guerra separatista pró-Rússia no Leste ucraniano, além de uma severa crise econômica que persiste até os dias de hoje.

Considerações Finais

Ao analisarmos a trajetória da Ucrânia entre a sua independência, em 1991, e a crise de 2013, do ponto de vista das Relações Internacionais, podemos observar que sua definição como pivô geopolítico da Eurásia feita por Brzezinski (1997) é plausível. O território ucraniano é fundamental para Rússia, pelo fato de possibilitar o acesso a águas quentes, por funcionar como uma zona tampão na fronteira russa e por permitir a projeção geopolítica e geoeconômica da Rússia para a Europa. Com o fim da União Soviética e a transição desastrosa para a economia de mercado, houve um enfraquecimento do poder do Estado russo, o que favoreceu a expansão da influência dos Estados Unidos para o seu entorno.

A perspectiva geopolítica americana no pós-Guerra Fria, que tem como base as ideias geopolíticas de Mackinder e Spykman, conforme a análise de Fiori (2011), e de Brzezinski, consubstanciou-se na expansão da OTAN e da promoção de Revoluções Coloridas para o entorno da Rússia desde os anos 1990. Nesse processo, a Ucrânia teve um papel chave, tendo sido alvo, no período aqui tratado, de tentativa de aproximação da OTAN e de uma Revolução Colorida. Todavia, com o ressurgimento da Rússia como potência regional, voltando a ter capacidades para se projetar para o seu entorno, pôde-se observar uma contraposição à expansão da influência americana na Ucrânia, principalmente pela via geoeconômica, que ocorreu nas crises do fornecimento de gás em 2006 e 2009.

Esta disputa por influência entre Rússia e Estados Unidos contribuiu significativamente para o acirramento da divisão interna existente na Ucrânia, o que gerou uma forte polarização entre as regiões Leste e Sul, com uma tendência favorável à Rússia, e a região Oeste, mais ligada ao Ocidente, que se observou nas eleições de 2010. Nessas circunstâncias, a opção do governo eleito em não avançar nas negociações com a União Europeia desencadeou uma crise que levou a uma divisão ainda mais profunda na Ucrânia, levando ao

poder um governo alinhado ao Ocidente, que teve como consequências geopolíticas a separação da Crimeia, que se reintegrou à Rússia, e a guerra separatista no Leste da Ucrânia.

A análise geopolítica do período ora analisado, com base na revisão da literatura selecionada, com certeza não esgota o debate sobre o tema, porém contribui para entendimento da trajetória histórica da Ucrânia independente, considerando o cenário geopolítico do pós-Guerra Fria, no qual ocupou um papel importante. As disputas por influência e tentativas de ingerência externa no país, assim como as ações e respostas do governo ucraniano no cenário externo, são aspectos importantes que ajudam na compreensão da dinâmica interna da construção sócio-política e cultural da Ucrânia após a sua independência, para além da dimensão geopolítica. Igualmente, a análise proposta neste estudo pode contribuir para a compreensão sobre a Crise de 2013-2014, que foi objeto de muitas pesquisas no campo das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João Marques de. A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria». **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 20, p. 17-29, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev. 2018.
- ANTONENKO, Oksana. A war with no winners. **Survival**, Vol. 50, n.5, Outubro-Novembro de 2008. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396330802456445>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- ASLUND, Anders. Comparative Oligarchy: Russia, Ukraine and the United States. **Warsaw: CASE Network Studies and Analyses**, Nº 296, abril de 2005. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1441910>. Acesso em 04 abr. 2019.
- ASLUND, Anders. Ukraine's Choice: European Association Agreement or Eurasian Union? **Policy Brief - Peterson Institute for International Economics**, setembro de 2013. Disponível em <<https://piie.com/publications/pb/pb13-22.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- BBC NEWS. **Pro-Moscow Yanukovich 'to win Ukraine election'**, 08/02/2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8503177.stm>>. Acesso em 25 fev. 2019.
- BRANDÃO, Lázaro. **Poder e Petróleo: a Estratégia na era Reagan sob o prisma da longa duração**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.
- BUKVOLL, Tor. Ukraine and NATO: The politics of soft cooperation. **Security Dialogue**, 28 (3), p. 363-374, 1997. Disponível em <<https://doi.org/10.1177/0967010697028003009>>. Acesso em 27 abr. 2019.
- CANÊDO, Sílvia Helena Guilherme. OTAN: evolução histórica. **Conjuntura Internacional**, ano 3, Nº 12, 2006. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/viewFile/7290/6334>>. Acesso em 27 abr. 2019.
- CARVALHO, André Simplício. A técnica logística no toyotismo: uma aproximação geográfica do just-in-time. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, 21 (1), p. 32-47, 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.96023>>. Acesso em 27 abr. 2019.

- COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS. **The North Atlantic Treaty Organization**, 15 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/north-atlantic-treaty-organization-nato>>. Acesso em 25 fev. 2019.
- ERLANGER, S. e MYERS, S.L. NATO Allies Oppose Bush on Georgia and Ukraine. **New York Times**, 3 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/04/03/world/europe/03nato.html?mcubz=1>>. Acesso em 24 fev. 2019.
- FIORI, José Luis. Nicholas Spykman e a América Latina. **Carta Maior**, 05 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Nicholas-Spykman-e-a-America-Latina/20843>>. Acesso em 11 ago. 2017.
- FIORI, José Luís. A geopolítica anglo-americana. **Carta Maior**, 25/06/2011. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-geopolitica-angloamericana/20885>>. Acesso em 11 ago. 2017.
- FIORI, José Luís, MEDEIROS, Carlos & SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- GIBBS, David N. Afghanistan: The Soviet Invasion in Retrospect. **International Politics**, 37, no. 2, 2000, p. 241-242. Disponível em <<https://dgibbs.faculty.arizona.edu/sites/dgibbs.faculty.arizona.edu/files/afghan-ip.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- HENDLER, Bruno. A crise na Ucrânia e os níveis de análise em Segurança Internacional: um exercício analítico a partir da Escola de Copenhagen. **Conjuntura Austral**, v.5, n.26 (out-nov), p. 4–14, 2014. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/48442>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- HOTTEN, Russel e KROEGER, Alix. Ukraine-Russia gas row: Red bills and red rags. **BBC News**, 16/06/2014. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-europe-26987082>>. Acesso em 27 abr. 2019.
- KAPLAN, Robert. **The revenge of geography: what the maps tell us about coming conflicts and the battle against fate**. New York: Random House. 2012.
- KING, Charles. The Five-Day War: Managing Moscow After the Georgia Crisis. **Foreign Affairs**, Vol. 87, No. 6 (November/December 2008), p. 2-11. Disponível em <<http://georgica.tsu.edu.ge/files/05-Security/King-2008.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.
- KRAVCHUK, Robert S. Budget Deficits, Hyperinflation and Stabilization in Ukraine, 1991-96. **Public Budgeting & Finance**, Winter 1998. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1046/j.0275-1100.1998.01149.x>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- KUZIO, Taras. **Ukraine: Perestroika to Independence**. Londres: Macmillan Press Ltd., 2000.
- MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History. Londres: **The Geographical Journal**, v. 170, n. 4, 2004, p. 298–321. Disponível em <https://www.iwp.edu/docLib/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf>. Acesso em 04 abr. 2019.
- MACKINDER, Halford J. **Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction**. New York: Henry Holt & Company. 1919.
- MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- MAZAT, Numa e SERRANO, Franklin. A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (org.). **O renascimento de uma potência? A Rússia no séc. XXI**. Brasília: IPEA, 2012.
- MAZAT, Numa. **Uma análise estrutural da vulnerabilidade externa econômica e geopolítica da Rússia**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MCFAUL, Michael. Ukraine imports democracy: external influences on the Orange Revolution. **International Security**, Vol. 32, n.2, p.45-83, Fall 2007. Disponível em <<https://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/isec.2007.32.2.45>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- MEARSHEIMER, John. The case for a Ukrainian Nuclear Deterrent. **Foreign Affairs**, Volume 72, N.3, Summer 1993. Disponível em <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0020.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, September/October 2014 Issue. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>>. Acesso em 26 out. 2017.
- MIELNICZUK, Fabricio. A Crise Ucraniana e suas Implicações para as Relações Internacionais. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 23, p. 4–19, 2014. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/46849>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- NEW YORK TIMES. Ukraine Woos Russia With Lease Deal, 21/04/2010. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2010/04/22/world/europe/22ukraine.html>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- MAGOCSI, Paul Robert. **A History of Ukraine: The Land and its People**. Toronto: University of Toronto Press, 2010.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Desordem Mundial, o espectro da total dominação: guerras por procuração: terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 2ª edição.
- PAUTASSO, Diego. Da política de contenção à reemergência: a Rússia volta ao tabuleiro. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, v. 3, n. 6 (jul-dez), p. 73-94., 2014. Disponível em <seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/51284/33167>. Acesso em 04 abr. 2019.
- PLOKHY, Serhii. **The Gates of Europe: A History of Ukraine**. New York: Basic Books, 2015.
- REUVENY, Rafael e PRAKASH, Aseem. The Afghanistan war and the breakdown of Soviet Union. **Review of International Studies**, 25(4), p. 693-708, 1999. Disponível em <<https://faculty.washington.edu/aseem/afganwar.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2019.
- ROUDET, Stéphane. IMF Survey: IMF approves \$15.1 Billion Loan for Ukraine. **IMF News**. Disponível em <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/socar081110a>>. Acesso em 04 abr. 2019.
- SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: a saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo**. Curitiba: Prismas, 2015.
- SPYKMAN, N. **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power**. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1942.
- SUSSMAN, Gerald. **Branding Democracy: U.S. Regime Change in Post-Soviet Eastern Europe**. New York: Peter Lang, 2010.

SUTELA, Pekka. The Underachiever: Ukraine's Economy since 1991. **Carnegie Endowment for International Peace**. Disponível em <<https://carnegieendowment.org/2012/03/09/underachiever-ukraines-economy-since-1991-pub-47451>>. Acesso em 04 abr. 2019.

THE PUTIN interviews, part 3. Diretor e produtor: Oliver Stone. Distribuidora: Showtime. Moscou, 2017.

*Recebido em 06 de setembro de 2019.
Aprovado em 18 de novembro de 2019.*

RESUMO

Este artigo visa a analisar a trajetória da Ucrânia independente entre os anos de 1991 e 2013, a partir de uma análise histórica e geopolítica com base em revisão da literatura. Primeiramente, serão examinados os fundamentos teóricos da geopolítica norte-americana, o fim da União Soviética e o processo de independência da Ucrânia. O objeto central do artigo é a disputa por influência na Ucrânia, devido à sua importância geopolítica na Eurásia, que vem ocorrendo desde o fim da Guerra Fria: por um lado, a expansão da influência dos Estados Unidos para o espaço pós-soviético desde o fim da URSS através da OTAN e das Revoluções Coloridas, como a Revolução Laranja na Ucrânia; por outro, o ressurgimento da Rússia como potência regional a partir do início do século XXI, voltando a ter capacidade de projetar influência no seu entorno. Isso se deu por meio da dependência energética europeia, em relação à qual a Ucrânia tem um papel fundamental, e da guerra, no caso da Geórgia, em 2008. Tal disputa externa por influência acirrou a divisão interna existente no país, cujas regiões leste e sul têm uma relação mais próxima com a Rússia, enquanto o oeste é mais ligado à Europa, e culminou na crise deflagrada em 2013.

Palavras-chave: Ucrânia; Estados Unidos; Geopolítica.

ABSTRACT

This article aims to analyze the independent Ukraine's historical trajectory between 1991 and 2010 from a geopolitical perspective. Firstly, we will approach the theoretical basis of American geopolitics, the end of the Soviet Union and the process of independence of Ukraine. The main object of this article is the quarrel over influence in Ukraine that has been occurring since the end of the Cold War: on one hand, the expansion of the United States' influence over the post-Soviet space after the USSR collapse through NATO and the Colored Revolutions, such as the Orange Revolution in Ukraine; on the other hand, the resurgence of Russia as a regional power since the beginning of the 21st Century, once again able to project influence on its surroundings. It happened through Europe's energetic dependence, in which Ukraine plays a central role, and the 2008 Russian-Georgian war. This external contest over influence in Ukraine escalated the internal division of the country, in which East and South regions are closer to Russia, while the West is more connected to Europe, culminating in the 2013 crisis.

Key-words: Ukraine; United States; Geopolitics; Russia.

COPYRIGHT:

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

